

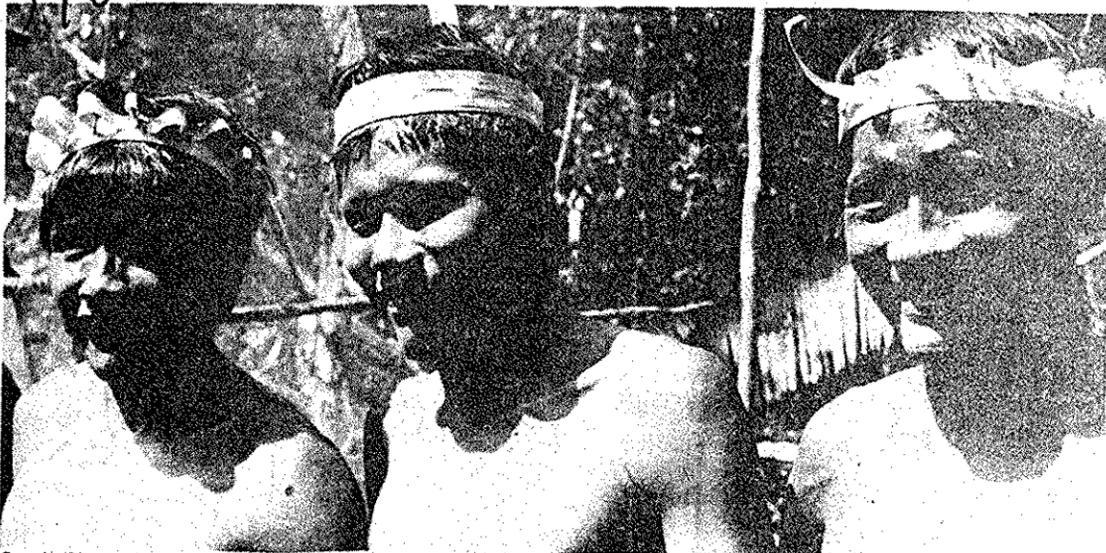
CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: 167

Data: 20/07/80

Pg.: _____



Os índios querem a devolução das áreas e com isso conquistar de volta o orgulho da raça

SBPC repudia extinção de reservas indígenas

Rio de Janeiro (de Maria Luiza Rolim, enviada especial) — Um pedido de esclarecimento ao presidente da Funai quanto ao fechamento de áreas indígenas e pesquisadores e quanto à demissão sumária de funcionários dessa Fundação, será encaminhado pela diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que, em Assembléia Geral, reafirmou moção da sua 31ª Reunião Anual (1979) pela criação do Parque Indígena Yanomami, no território de Roraima, a última unidade da Federação na qual, até 1978, metade da população era indígena.

O tema central da 32ª Reunião da SBPC era "Educação para uma Sociedade Democrática", porém, quando vários cientistas brasileiros se reúnem, um tema — tão ou mais polêmico que a educação — não poderia ficar de fora: a ecologia e, particularmente, a destruição das florestas e o massacre aos índios, no Brasil.

EXTINÇÃO

Sobrevivem no Território de Roraima, até hoje, segundo depoimento do antropólogo Carlos Zacchini, os representantes de pelo menos dez povos indígenas (Yanomami, Waimiti-Atroari, Wai-Wai e Maion-gong que vivem na floresta, e Makuxi, Taurepang, Arekuna, Ingarijó, Pantomona e Wapixana que vivem em campos naturais) num total de 30 mil índios.

Vários outros povos indígenas foram extintos nos últimos 100 anos, entre eles, citados por vários pesquisadores, os: Maku, Pauxiana, Sapará, Purucotó, Iakuná, Iaurana, Auaqué, Caliana, Piaraó, Maracaná e Paraviana.

A área de campos naturais é historicamente a que primeiro suscitou o interesse de invasores de terras indígenas que, provenientes, na maioria, do Nordeste, à procura do Eldorado ou foragidos da justiça, se instalaram na região onde se casaram com mulheres indígenas.

A Capitã do Território de Roraima, Boa Vista, nasceu em 1830, de uma fazenda de gado, que por sua vez, estava localizada onde anteriormente havia uma aldeia dos índios Paraviana; a outra cidade roraimense, Caracará, foi implantada no local de um antigo curral de boi.

As duas únicas cidades de Roraima foram fundadas, pode-se dizer, pelo boi. Na história de Roraima, desde os tempos do brigadeiro Lobo d'Almada até hoje, os indígenas sempre foram considerados menos importantes que o boi. Aldeias indígenas estão cercadas e até divididas ao meio pelo arame farpado. Outras, no passado, foram incendiadas propositalmente por vaqueiros e fazendeiros. Alguns deles marcaram índios a fogo, com o ferro usado para marcar bois; outros, se gabavam de ter participado da chacina de índios Waimiri-Atroaris.

As aldeias dos índios estão sempre mais apertadas, cedendo terreno aos currais para os bois; currais que, aliás, são na maior parte feitos pelos próprios índios, explorados como mão-de-obra barata e de forma escravagista.

Na opinião do prof. Carlos Zacchini, é sintomático como o Serviço de Proteção ao Índio tenha iniciado a sua atividade, em Roraima, com uma fazenda, que até 1970 foi a única atividade "indigenista" no Território, ainda que notoriamente fosse a única fazenda, talvez do mundo, na qual os bois não aumentassem.

Até o começo de 1979, esta fazenda foi uma das principais preocupações da Funai, mas — conforme relatou o antropólogo —, ainda assim, foi invadida ilegalmente por cerca de 60 fazendeiros que criam, na área, cerca de 50 mil cabeças de gado, sem pagar impostos ou aluguéis a ninguém.

"Estudos recentes" — disse na reunião da SBPC — "calcularam que para se criar uma res (vaca ou boi), são necessários 8 hectares de terra naquela região; isto quer dizer que o fazendeiro não se preocupou (em Roraima) em melhorar o terreno

e plantar capim. Até hoje, sempre foi mais fácil alargar as cercas, ou simplesmente não fazê-las, para que o gado se alimentasse onde bem quisesse (e as roças dos índios bem sabem disso).

Em 1967, Nunes Pereira já falava que os índios de Roraima, exímios vaqueiros, recebiam salários ínfimos por suas atividades, estando ameaçados de total extinção. Dizia que entre eles existiam "dissimulados sentimentos de revolta" e que "grupos inteiros evitavam a aproximação dos "civilizados", à vista do procedimento destes, agressivos e imorais, ora empregando armas e castigos, ora invadindo as festas tradicionais". Mocinhas indígenas eram levadas como amas e criadas para as casas dos fazendeiros, comerciantes e principais autoridades locais, sofrendo humilhações e sevícias, contraindo doenças venéreas. Muitos índios foram expulsos de suas malocas pela ampliação da pecuária e pelo estabelecimento de garimpos, encurralados em nesgas de imensos latifúndios, com demarcações arbitrárias ou imaginárias, assinaladas por cercas de arame farpado, tais como os campos de concentração nazistas (sic).

Em seu relato sobre os índios de Roraima e a política local, o prof. Zacchini afirmou: "Não são poucos os indígenas que chegando, após anos de duro trabalho, a ter umas cabeças de gado e uns cavalos, foram obrigados a desfazer-se deles porque invadiam "as roças dos fazendeiros". Quando não se desfazem dos animais, estes acabam desaparecendo ou morrendo "misteriosamente".

PERSEGUIÇÃO

"Quantos indígenas não podem mais pescar em lagos, rios e igarapés, e quantos, para fazer e cobrir as próprias casas, devem trazer a madeira e a palha de grandes distâncias, pois o mato próximo da aldeia é do "fazendeiro" que veta aos índios a utilização?" — questionou.

Sua denúncia foi mais além: "Estas terras que desde tempos imemoriais eram o berço de heróis e divindades mitológicas de numerosas nações indígenas, estão, na quase totalidade, ocupadas pelo boi e os donos dos bois sempre foram amplamente amparados pela "justiça" (polícia local)).

"O depoimento de um chefe indígena, falecido há poucos anos, da nação Makuxi, gravado pelo pe. S. Sabatini (1965) sob o testemunho do prof. Zacchini, expressa bem essa realidade: "Antigamente, nós tínhamos toda a terra, tínhamos a caça, tínhamos o peixe, tínhamos a fruta do mato: nós tínhamos tudo. Agora, o branco nos tirou a terra e não achamos mais comida... comemos pouco, comemos mal e temos fome mesmo. Não temos mais saúde e somos estragados pela tuberculose. Antigamente, nós pegávamos os veados correndo. Agora tenho vergonha de dizê-lo, não consigo mais alcançar nem um porco. Meu pai que é velho, corre mais do que eu. E nós, agora, ainda vamos indo here. Mas tem aldeias que são miseráveis mesmo, onde todos passam fome de verdade. Lá, o branco, porque os índios não têm mais terras, está sempre em cima, para explorá-los. Tem brancos que não permitem mais a pesca, que se reservam o veado, que reservam tudo. Antigamente, o índio matava o veado pegando-o na corrida e com o fogo, queimava o lavrado. Hoje, é proibido queimar o lavrado. E o índio, como faz para procurar a comida? — Até o peixe, o branco pegou todo. Se tem uma poça d'água no rio, onde tem muito peixe, o branco diz: esta é minha! E o índio, como pode continuar a viver assim?"

Lebrou o antropólogo que do relatório das atividades de Roraima, de 1978, consta que o distrito agropecuário de Roraima, com uma área de 600 mil ha, é dividido em 146 lotes que vão de 2.000 a 23.000 hectares e que foi encaminhado projeto do Distrito

ao Congresso Nacional, visando obter permissão para venda de áreas superiores a 3.000 ha., autorização já concedida.

"O Inbra — observou — "está vendendo essas áreas, sem precisar de nenhum "Contrato de Risco". O que vai ser riscado das áreas, bem sabemos, são os índios e a madeira, pelo fogo e pelas serrarias, saindo pela Venezuela para abastecer o mercado mundial. É de domínio público que o Inbra está fazendo a mesma coisa no Amapá, Pará, Rondônia, Acre e Amazonas".

Segundo denúncias de uma antropóloga da Funai, há projetos agropecuários, industriais e de exploração de minerais para todo o Território, que envolvem áreas sabidamente indígenas, cujos habitantes pouco ou nenhum contato mantêm com membros da sociedade nacional.

O novo governador do Território, brigadeiro-do-ar Ottomar de Souza Pinto, em recente palestra, fazendo a explanação das potencialidades e das necessidades de Roraima ao ministro Mário Andreazza — conforme relatou o professor, em uma conferência —, sequer mencionou os indígenas, que constituem a grande parcela da população. Pleiteou, sim, a invasão de suas terras por garimpeiros e a delimitação das terras indígenas dos campos naturais, apenas por ser esta delimitação indispensável ao fornecimento de títulos de propriedades aos fazendeiros que estão ao redor das aldeias.

"E, absurdo ainda maior, pretende concluir as demarcações às pressas, até o final do ano. Como? Os levantamentos das áreas indígenas de Roraima, feitos pela Funai, são, na maioria, segredos absolutos. É certo que seria muito incômodo para o Governo e políticos locais se tornassem públicos, pois isso poderia acarretar na expulsão de muitos "eleitores" das áreas indígenas".

PARQUE YANOMAMI

Há mais de 15 anos têm sido apresentadas propostas de criação de um Parque Yanomami. Enormes contradições envolvem a última delas, elaborada pela própria Funai com a participação da Comissão pela Criação do Parque.

O ministro do Interior não se pronuncia sobre seu andamento, alegando não ter competência sobre o assunto. Do outro lado, a presidência da Funai informa que "o assunto que envolve os índios Yanomami (criação do Parque) já foi examinado pela Funai, encontrando-se, agora, no âmbito do Governo Federal".

No dia 7 de abril deste ano, o presidente da Funai recebeu em mãos o novo documento pleiteando a criação do Parque Yanomami, elaborado em fevereiro por um grupo de trabalho da própria Funai, com a participação da Comissão pela Criação do Parque Yanomami. A proposta foi entregue ao presidente da Funai para exame e encaminhamento ao ministro Mário Andreazza, que sempre declarou-se favorável à criação do Parque. A informação mais recente é a de que o documento encontra-se atualmente em âmbito do Governo Federal, em estudos por um grupo de trabalho interministerial, que congrega organismos com interesses eventualmente conflitantes com os direitos dos índios.

O documento está baseado em sólidos argumentos antropológicos e defende a ocupação indígena do Parque, nos termos do próprio Estatuto do Índio art. 23. A área de ocupação justifica, aproximadamente, 10.000.000 ha., com um perímetro de 2.950 km, para uma população indígena estimada em 10.000 a 12.000 índios Yanomami. O parque pleiteando abrange áreas do Estado do Amazonas, no Município de São Gabriel da Cachoeira e do Território Federal de Roraima, nos Municípios de Caracará e Boa Vista.